

A Questão Regional Catarinense: Ascensão e Declínio do Polo Têxtil do Vale do Itajaí*

The Regional Issue of Santa Catarina: The Rise and Decline of The Itajaí Valley Textile Hub

Joao Victor More Ramos**

José Messias Bastos***

Resumo: O processo de industrialização em Santa Catarina vem sendo estudado, a rigor, a mais de um século pela geografia brasileira. Nesse longo percurso, os estudos geográficos de Delgado de Carvalho, Armen Mamigonian, Golbery Couto e Silva, e Ignacio Rangel desempenharam um papel extraordinário no desenvolvimento das análises regionais, superando assim, as inúmeras controvérsias levantadas por economistas, sociólogos, antropólogos, bem como geógrafos brasilianistas que trataram o Sul do Brasil como periferia do eixo dinâmico da economia brasileira. De modo geral, a tarefa fundamental colocada para os estudiosos de geografia econômica e social fora de explicar como se deu o desenvolvimento vertiginoso das economias periféricas, sobretudo a brasileira, ao longo do período de 1930-80, quando o país conseguiu edificar o capitalismo industrial oriundo da 2ª Revolução Industrial, e seus recentes desdobramentos na transição (imperialismo-socialismo) que segue em curso nesse terceiro milênio. Nesse sentido, procurando contribuir com as lacunas deixadas pelo pensamento hegemônico em matéria de ciências sociais, este trabalho visa explicar os fenômenos econômico-sociais engendrados no setor têxtil catarinense ao longo das últimas décadas. Assim, retomar a trajetória do pujante desenvolvimento industrial em Santa Catarina e os motivos que levaram ao desaparecimento do segundo polo mundial da industrial têxtil nos anos 1970 que colocaram as grandes empresas do Vale do Itajaí em destaque (SulFábril, Buettner, Artex, Renaux, etc.), bem como os desafios impostos pelas políticas neoliberais dos anos 1980 introduzidas no Brasil e na América Latina, e que perduram até nossos dias, é tarefa da qual se pretende discutir aqui.

Palavras-chave: Questão regional; Industrialização; Santa Catarina.

Abstract: The industrialization process in Santa Catarina has been rigorously studied for more than a century by Brazilian geography. Throughout this long journey, the geographical studies of Delgado de Carvalho, Armen Mamigonian, Golbery Couto e Silva, and Ignacio Rangel have played an extraordinary role in the development of regional analyses. They have thus overcome numerous controversies raised by economists, sociologists, anthropologists, as well as Brazilianist geographers who treated southern Brazil as the periphery of the dynamic axis of the Brazilian economy. In general, the fundamental task assigned to scholars of economic and social geography has been to explain how the rapid development of peripheral economies, especially Brazil's, took place during the period from 1930 to 1980, when the country managed to establish industrial capitalism derived from the Second Industrial Revolution. Additionally, they examine its recent unfolding in the ongoing transition (imperialism-socialism) that continues into the third millennium. In this regard, aiming to address the gaps left by hegemonic thought in the field of social sciences, this study seeks to explain the economic and social phenomena that have emerged in Santa Catarina's textile sector over recent decades. Thus, it revisits the trajectory of the region's strong industrial development and the reasons behind the disappearance of the world's second-largest textile industrial hub in the 1970s, which had brought major companies from the Itajaí Valley into prominence (SulFábril, Buettner, Artex, Renaux, etc.). Furthermore, it discusses the challenges imposed by the neoliberal policies of the 1980s, introduced in Brazil and Latin America, which persist to this day.

Keywords: Regional Question; industrialization; Santa Catarina.

Classificação JEL: R11; O18; F63

*Submissão: 27/03/2025 | Aprovação: 10/07/2025 | Publicação: 07/08/2025 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v8.i2.177](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v8.i2.177)

**Universidade do Estado de Santa Catarina | E-mail: joao.amos@udesc.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6622-1477>

***Universidade Federal de Santa Catarina | E-mail: jbastos57@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1038-1279>

1 Introdução

O processo de industrialização em Santa Catarina vem sendo estudado, a rigor, a mais de um século pela geografia brasileira. Nesse longo percurso, os estudos geográficos de Delgado de Carvalho (1939; 1941; 2016), Armen Mamigonian (1960; 1965; 1966; 1986; 2011), Golbery Couto e Silva (1981), e Ignacio Rangel (1968; 2005a; 2005b) desempenharam um papel extraordinário no desenvolvimento das análises regionais, superando assim, as inúmeras controvérsias levantadas por economistas, sociólogos, e antropólogos, que tratavam o Sul do Brasil como periferia do eixo dinâmico da economia brasileira.

No entanto, os anos 1980 marcou uma virada de chave por parte da intelectualidade nacional, que optou pelo abandono das relações centro-periferia deixando-se iludir pelas ideias-força amplamente disseminadas pelas escolas americanas de Chicago, Yale, Harvard cujos efeitos da globalização e da acumulação flexível irrompiam no arcabouço conceitual como uma nova lógica do capitalismo mundial (Mamigonian, 2001; 2004).

Em breves palavras, o problema nacional, questão central dos países periféricos, foi exaustivamente substituído pela vaga ideia de mundialização do capital. Por um lado, os cientistas sociais, ao mesmo tempo em que teciam duras críticas às teorias nacional-desenvolvimentistas, renegavam a transição imperialismo-socialismo em nome de uma suposta “flexibilização do capital”, que na verdade nada explicava sobre a abertura indiscriminada dos mercados nacionais periféricos (Brasil, México, Argentina, Europa Oriental) aos interesses imperialistas, sobretudo norte-americanos (Mamigonian, 1999a).

Notadamente isso pode ser observado em M. Storper quando afirmou que a “ordem global keynesiana do pós-guerra, com seu fundamento na produção em massa nas atividades propulsoras, erodiu durante os anos 70” (Storper, 2015, p.33), esquecendo-se que, após o choque do petróleo em 1973/1976, a reação agressiva americana dos governos R. Reagan (1981-1989) foi justamente endividar-se interna, e externamente através da corrida armamentista contra a URSS, além da imposição de cotas de importação ao Japão, e a suspensão de empréstimos ao Brasil e toda a América Latina (Mamigonian, 2018).

Ora, na mesma seara intelectual progressista, o sociólogo Florestan Fernandes chegou a denunciar de contrarrevolucionárias as políticas nacionalistas do general Geisel (II PND, Proálcool, Itaipu, indústria pesada, etc.) ao afirmar que o “capitalismo de Estado” é funcional “para o imperialismo”, tanto de dentro como “de fora para dentro” (Fernandes, 2011, p.223), esquecendo-se do apoio que Geisel deu ao Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) liderado pelo partido de Agostinho Neto, quando censurou a publicidade do desvio de rota do navio L-loyd Brasileiro – que “partira do Rio de Janeiro transportando suprimentos para o IV Exército (no Nordeste)” no intuito de promover “divulgação restrita (visando embaixadas estrangeiras e a oposição esquerdista interna)” (Lage, 1998, p.47).

Aliás, depois da independência de Angola (1975), não foi a expansão geopolítica do comércio exterior brasileiro, trocando “petróleo angolano pela construção de hidrelétrica, a cargo da Odebrecht”, bem como a exportação de serviços de empreiteiras, e armas para o Oriente Médio” (Mamigonian, 2018, p.197), que contrariou os interesses imperialistas e geoestratégicos norte-americanos, sobretudo em seu green belt? (Moniz Bandeira, 2013).

E ademais, diante do fordismo oligopólico nacional imperialista, não foi a reação do nacionalismo revolucionário periférico através do modelo de substituição de importações (1930-80), que permitiu diminuir a distância entre o capitalismo industrial brasileiro do capitalismo financeiro já maduro nos países centrais? (Mamigonian, 1987; 2001).

Na América Latina, Ignacio Rangel foi pioneiro em perceber que o processo de industrialização chegou a colocar o Brasil (23,9) como uma das economias mais dinâmicas do mundo, ao lado do Japão (13,8), e da ex-União Soviética (26,5), com taxas de crescimento superiores ao crescimento econômico do mundo capitalista que ficou em torno de 6,9 vezes no período – incluído aqui os “anos gloriosos” do pós-segunda Guerra Mundial (Rangel, 1990a; Mamigonian, 2018).

No entanto, com a crise da dívida externa nos anos 1980 e o fim dos financiamentos externos, os bancos norte-americanos passaram a cobrar de forma draconiana as amortizações da dívida até então contraída. A previsão de Rangel dos anos 1950 se concretizava com a falência do Estado, e a chegada do momento de criar medidas institucionais capazes de alavancar uma nova etapa do desenvolvimento, isto é, a passagem dos serviços de utilidade às empresas privadas como possibilidade de edificar o capitalismo financeiro nacional. Mas, decorrente da enxurrada ideológica nefasta de pautas como “a inflação é o inimigo número um da economia, somadas aos manuais acadêmicos da “globalização”, as ideias de Rangel foram relegadas em nome de uma verdadeira conspiração do silêncio (Faro e Sinelli, 2014).

Diante dos fatos, não restam dúvidas da existência de lacunas deixadas pelo pensamento dominante sobre o processo de industrialização em Santa Catarina, e os inúmeros desafios levantados na explicação dos fenômenos econômico-sociais em curso ao longo das últimas décadas. Se há fortes evidências de desindustrialização nesse percurso, é preciso explicar por quais motivos levaram ao desaparecimento das grandes empresas têxteis catarinenses (SulFábril, Buettner, Artex, Renaux, etc.), e as dificuldades que hoje enfrentam esse setor industrial de média-baixa tecnologia. Eis do que se trata este artigo que se encontra dividido em uma parte argumentativa e algumas notas finais.

2 A formação econômico-social como teoria e método

Nos estudos geográficos, a categoria marxista de formação econômico-social se aproxima da geografia pela proposta de M. Santos (1977), quando elabora a noção de formação socioespacial como categoria dinâmica, permitindo assim, sua aplicabilidade aos estudos regionais, conforme A. Cholley (1964) havia sinalizado a partir das combinações geográficas que articulam a combinação de fatores dos mais simples aos mais complexos. Somadas a essa, o presente trabalho procurou articular através das concepções de transversalidade, outras noções básicas caras a realidade nacional, como é o caso da dialética da capacidade ociosa elaborada por I. Rangel (1980), que nos fornece um quadro teórico-metodológico assaz para se decifrar a realidade em suas múltiplas escalas de análise (local, regional, nacional e internacional) voltadas ao processo de industrialização brasileira. Tal noção busca alicerçar nos estudos de Geografia o papel do trabalho interdisciplinar à visão de totalidade conforme assinalou A. Mamigonian (1999f), isto é, um mecanismo de mediação entre teoria e prática que incorpora, portanto, uma ordem ao mesmo tempo estrutural e conjuntural a partir das continuidades e descontinuidades do tempo e do espaço, – categorias científicas ininteligíveis uma sem a outra.

É desse modo que procurou-se aprofundar nesse trabalho a industrialização em Santa Catarina a partir das particularidades dos desdobramentos das formações regionais, como é o caso da ascensão e declínio do ramo industrial têxtil no Vale do Itajaí, que, a rigor, apresentou nesse primeiro quartel do século XXI perda de dinamismo industrial, que podem ser explicadas a partir de múltiplos fatores das condições econômico-sociais de âmbito nacional e regional, favoráveis ou não a sua reprodução ampliada, como também o papel do arcabouço político que, todavia, se expressa na dualidade dos interesses nacionais em oposição aos interesses forâneos imperialistas, como demonstram a geopolítica “da guerra de mercados”.

3 As grandes indústrias têxteis no Vale do Itajaí: ascensão e declínio

Anteriormente a revolução de 1930, predominava no Brasil aquilo que se conheceu como exclusivo regional, cujas interligações entre as regiões e suas respectivas formações sociais estavam ainda em processo de maturação. Como dizia Rangel, naquele momento (2º Dualidade 1888/89-1930) o Brasil poderia ser estudado com um simples corte latitudinal de leste a oeste, que vai do litoral ao interior (sertão), passando por zonas intermediárias, a depender da região (Rangel, 1968; 1988a; 2008).

É daí que se pode extrair o papel predominante das praças portuárias (Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Florianópolis) que, por efeito do comércio de importação e exportação, iniciaram as primeiras incursões industriais do setor têxtil (Hoepcke (SC), São Braz (BA), Pernambuco Barroca Ltda. (PE), Cia. Progresso Industrial (RJ)) acompanhadas da implantação de ferrovias próximas às redes hidrográficas (montante/jusante) – similares ao caminho percorrido pelos rios e suas drenagens (Mamigonian, 1965, 1976; Monteiro, 2008).

Vale lembrar que tais iniciativas precoces das indústrias ligadas ao capital comercial – um verdadeiro processo de substituição artesanal de importações no Brasil (Paim, 1957) – se deram por conta da perda de inúmeros fatores, que poderíamos elencar aqui: a perda de velocidade do intercâmbio de mercadorias no comércio internacional; as inovações tecnológicas que preparavam a 2º Revolução Industrial (EUA e Alemanha); as unificações tardias da Itália (1860) e da Alemanha (1871), refletidas no Brasil pelas correntes imigratórias em larga escala; bem como a presença do aparelho de intermediação comercial localizados nas praças portuárias (Pereira, 2009; Mamigonian, 1999b).

Dessa vertiginosa ocupação de milhares de pequenos produtores no Sul do Brasil expulsos da Europa, uma nascente colonização germânica emerge no vale do Itajaí (Brusque, Blumenau, Joinville), iniciando assim, um processo de diferenciação social – com formas mais democráticas (Carvalho, 1939; Waibel, 1955, 1958; Mamigonian, 1960, 1965, 1966).

A acumulação primitiva que ocorria de forma lenta, gradual, e segura entre os agricultores locais, – que participavam comprando mercadorias, e produzindo teares manuais de madeira à maneira de encomendas – aos poucos ganhou o mercado regional consumidor, favorecidos sobretudo pelo protecionismo da fase depressiva do ciclo de acumulação (1873-1896) que inibiu as trocas comerciais internacionais.

Além disso, o contato direto desses pequenos produtores com a Alemanha, que transferia tecnologia renovando o maquinário numa ampla formação bruta de capital, propiciou a inserção de inovações introduzidas nos métodos de trabalho como medidas para reduzir custos, bem como promoveu a realização de uma escola de aprendizado regional resistente às crises cíclicas do capitalismo, como foi o caso dos mestres-artesãos Hering, Döhler e Schlösser (Mamigonian, 1986).

Curiosamente, a primeira metade do século XX marcaria definitivamente o futuro da indústria catarinense, e por assim dizer, suas formações sociais polarizadas em torno do capital mercantil (fachada litorânea, Lages, etc.) e do crescente capital industrial em ascensão (região de colonização alemã no primeiro momento, e no oeste posteriormente) demonstrando que nem toda indústria nascia do artesanato, como também, nem todo artesanato se transformara em indústria (Mamigonian, 1986).

É interessante observar que no processo de industrialização aberto pela vitoriosa revolução de 30, houve uma ampliação do mercado interno, consolidado, sobretudo pela criação de um projeto de integração nacional, – via sistema de transportes rodoviário – interligando o país no eixo Norte-Sul. Disso, resultou que o centro dinâmico brasileiro, organizado no core econômico do triângulo (São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte + Sul do Brasil) se expandiu territorialmente com seus tentáculos às penínsulas do Norte, do Centro-Oeste, e do Nordeste, numa espécie de complementariedade dos exclusivos regionais (Silva, 1981).

Neste movimento acelerado de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho (DIT) e na interiorização do desenvolvimento econômico via substituição de importações, as indústrias têxteis localizadas nas praças portuárias acima citadas foram desaparecendo, ganhando destaque, por outro lado, as pequenas indústrias nascidas nas zonas de pequena produção mercantil do planalto paulista (grupo Votorantim, Jafet, e Matarazzo) e do médio vale do Itajaí e Itajaí Mirim (Hering, Buettner, Schlösser, Renaux, Artex, Cremer, Karsten, etc.) cujo excedente econômico de capitais locais, e empréstimos bancários (Banco do Brasil) passaram a edificar o sótão do edifício industrial brasileiro, isto é, a indústria leve (Mamigonian, 1976; 1986; 1987).

Nas décadas de 1930 e 1940, como lembra Mamigonian (1999c, p.161), o processo de substituição de importações imbricado aos nós-de-estrangulamento que emergiram em decorrência da industrialização redefiniu o desenvolvimento econômico nacional, tanto nos setores de produção de bens essenciais, como de bens supérfluos. Os materiais de construção (azulejos, cerâmicas, etc.), por exemplo, passaram a serem considerados bens supérfluos, enquanto que o setor têxtil, mesmo em processo de estrangulamento, passou a alavancar “novos setores que deveriam ser implantados”, – como foi o caso do setor de bens intermediários e de capital. Daí que as máquinas, ora eram fabricadas “em oficinas internas” às próprias fábricas, “que consertavam e reproduziam máquinas antigas” (congelamento tecnológico), ora as máquinas eram produzidas por firmas brasileiras, que imitavam as estrangeiras recém-instaladas (tecnologia reversa). Aliás, vale lembrar da importação de máquinas “estrangeiras novíssimas, como contrapartida de exportação de tecidos” (como foi o caso da Artex).

Com efeito, esse processo foi garantido por medidas institucionais com a implantação da Instrução 70 e 113 da SUMOC, que ao definir políticas cambiais diferenciadas criou uma ampla reserva de mercado – protegendo setores nacionais, como o polo metal-mecânico – do mesmo modo que favorecia, com um câmbio barato, a importação de máquinas operatrizes “ultra-modernas” (Rangel, 1990b; Mamigonian, 1999c, p.161).

Diante do quadro acima exposto, as indústrias têxteis catarinenses passaram por transformações tanto quantitativas, como qualitativas. De um lado, o ritmo crescente de acumulação do setor permitiu a formação de conglomerados industriais, onde muitas dessas grandes empresas organizadas em sociedades anônimas abriram escritórios de vendas na capital paulista (São Paulo) participando do comércio exterior. De outro lado, deu-se início ao processo de verticalização acompanhada do surgimento de empresas de fiação (SulFábril, Karsten, etc.) para suprir demandas anteriores do processo produtivo (Jurgenfeld, 2012).

Com a centralização de toda a produção desde o plantio até a confecção final, o capital industrial têxtil do médio Vale do Itajaí foi paulatinamente convertendo-se em capital agrário – como no caso da Hering-CEVAL – diversificando sua produção, ao ponto que passou a comercializar no mercado nacional e internacional, transformando-se no “segundo maior polo têxtil de confecções do mundo” (Mamigonian, 2011, p.80).

Do ponto de vista qualitativo, esse fenômeno pode ser sintetizado com as palavras de Ignácio Rangel em um seminário em Brasília realizado por volta de 1976 conforme nos conta Monteiro de Castro:

Um sujeito apresentou um modelo de regressão econométrico simples, para aferir o consumo têxtil nos anos 50. Rangel perguntou: Como você chega a este coeficiente usando como unidade o metro quadrado? Está errado, meu filho. Naquela década, eu comprava uma camisa que em pouco tempo ficava puída, precisando de troca. A que visto agora, sintética, me acompanha há seis anos. Mudou a qualidade do metro quadrado. Logo, não posso efetuar a comparação. Foi um silêncio na sala! Enquanto se discutia o coeficiente, ele olhava pelo outro lado. Este era o mesmo Rangel da tese sobre a inflação brasileira (Faro e Sinelli, 2014, p.198).

Nesse período que se estende dos anos de 1960 aos 1980, é preciso ter em mente que a expansão territorial dos têxteis começa se deslocar para outras regiões brasileiras (Nordeste) com políticas voltadas para o desenvolvimento regional (SUDENE). No caso das têxteis concentradas na capital paulista, há um movimento em direção ao interior. Já as empresas catarinenses na busca por novos espaços de produção, num primeiro momento criam em conjunto a empresa a TECANOR (Teka, Artex e Hering), localizada em Pernambuco. Posteriormente se fragmentam surgindo na sequência: Hering Nordeste (1976), SulFábril Nordeste (1979), Artex Nordeste (1980), produzindo fios, tecidos lisos, felpudos, tinturaria e confecções (Jurgenfeld, 2012).

Vale lembrar que todas as empresas catarinenses mantiveram seu centro de comando localizado no médio Vale de Itajaí, ao passo que no Sudeste ampliaram sua rede de lojas para vendas. A Artex, por exemplo, contratou trabalhadores para a Distribuidora Catarinense de Tecidos no intuito de realizar vendas diretas nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Brasília sem a intermediação do atacadista (Jurgenfeld, 2012). Por outro lado, com o aumento da produção, as empresas foram obrigadas a expandir suas áreas de produção para sua hinterlândia, já que havia nos municípios próximos ao centro regional um grande volume de mão de obra barata (sobretudo feminina) que passaram a se especializar nas etapas de confecção (Raulino, 2011).

Sem a realização da nova transferência tecnológica do centro do sistema capitalista, sobretudo a automação, a Hering ampliou sua cadeia produtiva nos municípios de Indaial, Rodeio e Ibirama. Já a SulFábril se expandiu para Ascurra e Rio do Sul com unidades dedicadas a costura correspondendo a 70% da produção. A Teka, por outro lado, comprou uma fábrica de tecelagem e malharia em Indaial a fundos perdidos. No caso da Renaux, houve uma expansão para Brusque, onde construiu três parques fabris. E a Buettner planejou seu deslocamento para o bairro Bateas em Gaspar, retirando-se do centro da cidade (Jurgenfeld, 2012).

Concomitante a esse processo de espraiamento da produção pelo território regional e nacional, os grandes grupos têxteis

catarinenses ampliaram suas exportações com as políticas criadas pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – via benefícios fiscais para exportação (BEFIEEX). Somadas a essas, houve políticas voltadas para reduções no Imposto de Renda (IR), reduções no Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), bem como as isenções de Imposto sobre o produto industrializado (IPI) (Jurgenfeld, 2012). “As Tabelas 1 e 2 são elucidativas na representação do dinamismo industrial alcançado por Santa Catarina, se comparadas com outros estados brasileiros, e com a própria União diante do processo de industrialização e urbanização das décadas de 1940 a 2021”:

Tabela 1 – Participação dos ramos (%) nos valores industriais totais de Santa Catarina (SC) e Brasil (BR).

Ramos	1940		1980	
	SC	BR	SC	BR
Têxtil	22,1	23,1	14,4	6,4
Vestuário art. têxteis	1,7	4,7	9,2	3,9
Química	3,4	9,1	6,1	20,4
Mobiliário	2,6	1,6	2,9	1,5
Metalurgia	3,5	6,3	6,2	13,7
Mecânica	0,9	1,1	7,2	7,6
Plásticos	-	-	5,1	2,0
Mat. Elétrico- comunicações	-	0,9	2,4	5,2
Mat. transporte	0,6	3,0	2,2	7,8
Ind. Transf. SC/Brasil	1,8	100	3,9	100

Fonte: Adaptado pelos autores. (Mamigonian, 1986, p.105)

Tabela 2 – Participação industrial e populacional dos Estados no total brasileiro em percentagem - IBGE.

	1940		1980		2000		2010		2021	
	Ind.	pop.	Ind.	pop.	Ind.	pop.	Ind.	pop.	Ind.	pop.
São Paulo	43,5	17,4	52,8	21,0	45,3	21,8	38,9	21,6	31,5	21,0
Minas Gerais	6,7	16,4	8,6	11,2	9,7	10,5	10,4	10,3	12,1	9,6
Rio Grande do Sul	9,8	8,1	7,1	6,5	9,1	6,0	8,4	5,6	7,8	5,1
Rio de Janeiro	23,9	8,8	10,3	9,5	7,3	8,5	7,9	8,4	8,3	7,5
Paraná	2,1	3,0	5,0	6,4	6,4	5,6	7,6	5,5	7,9	5,4
Santa Catarina	1,8	2,9	4,0	3,0	4,4	3,2	4,7	3,3	5,9	3,6
Bahia	1,4	9,5	3,4	7,9	3,9	7,7	4,4	7,4	3,6	6,6

Fonte: Adaptado pelos autores. Mamigonian (2011). IBGE. Pesquisa Industrial Anual/Censo Demográfico 2021.

Com o crescente volume de exportações e o processo de financeirização em curso, a década de 1970 e 1980 marcaria definitivamente a reestruturação do setor têxtil e as respectivas estratégias adotadas pelos grandes grupos catarinenses. A formação de grandes conglomerados entrava na ordem natural das coisas, pois tendencialmente o adiamento da terceira revolução industrial em curso, modificaria abruptamente a organização produtiva do setor têxtil (os fatores de produção), segmentando seus setores, aumentando o número de empresas, além de ampliar o nível de concentração.

De todo modo, são inúmeras as pesquisas que procuraram compreender o fenômeno da financeirização da economia brasileira, e suas implicações no setor têxtil, combinadas ao processo de desindustrialização e a abertura econômica realizada na década de 1990 com os governos Collor e FHC, bem como as políticas econômicas praticadas pelos governos Lula e Dilma na primeira década do século XXI.

Como já sinalizamos ao longo do texto, é possível perceber que o leitmotiv das pesquisas naturalmente se deu por uma aceitação irrestrita das teses que se orientaram pela chamada acumulação flexível, ou o novo padrão de acumulação capitalista. Estas se sustentam nas modificações das relações capital-trabalho, a busca por maior produtividade e eficiência no processo de reestruturação produtiva, mas que, todavia, em nosso entendimento, carecem de explicação do processo de desindustrialização em sua totalidade.

Já em meados da década de 1980, Ignácio Rangel antecipou e combateu as leituras amplamente divulgadas pela escola francesa da regulação (Boyer, Coriat, Lipietz, Aglietta), bem como das de geografia econômica anglo-americana (Harvey, Storper), que não compreenderam o papel das inovações tecnológicas engendradas pelos ciclos longos (Mamigonian, 1888; 1999d; 1999e). Nas palavras de Rangel, todo o problema da inovação tecnológica que “confira utilidade nova a coisa alguma, e que se limite a concentrar a atividade produtiva no uso dos recursos mais nobres, de utilidade já conhecida, precipitando sua exaustão, não é uma inovação tecnológica verdadeira” (Rangel, 1982, p.139).

É nesse sentido que se observa, por exemplo, a substituição da produção de tecidos de algodão (fibras naturais) pelos sintéticos (poliéster, nylon, lycra, etc.), como forma de redução de custos, e aumento das vantagens competitivas no setor de confecções e vestuários, como bem expressos nas teorias “neo-schumpeterianas” (Porter, 1993).

No entanto, chama atenção que diversos autores quando aborda a reestruturação produtiva do setor têxtil, sobretudo no aspecto do cultivo de algodão, associam diretamente a “praga do bicudo” com fator determinante da queda na produção interna de algodão e o aumento das importações nos finais da década de 1980, sem levar em conta que a expansão das fronteiras agrícolas (Centro-Oeste/ Norte) da soja altamente mecanizada, já despontava como fonte de atração dos produtores de algodão na substituição por fontes agrícolas de maior rentabilidade (Espindola e Bastos, 2005).

Aliás, vale lembrar que mesmo com o aumento dos preços dos tecidos de algodão entre 1991-1998, – que passou de US\$ 12,14/ Kg para 13,11/Kg (Raulino, 2011) – não houve políticas públicas de fomento aos produtores agrícolas da cotonicultura que acabaram sendo fortemente afetados pela produção de fibras artificiais e sintéticas.

Na Tabela 3 é possível observar as mudanças territoriais das áreas de plantio e produção de algodão, que modificaram sua localização – especialmente na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), bem como no norte de Minas Gerais, e no centro do Ceará (Figura 1 e Figura 2) – e passaram a gravitar em torno da expansão da fronteira agrícola no cerrado, sobretudo da soja no Centro-Oeste (Figura 3).

De certo modo, essas transformações podem ser explicadas pela “renda fundiária” (Marx, 1986, p.235) e diferencial da terra nesta região (Geiger et al., 1974), bem como pelo aumento de produtividade com saldo positivo na balança comercial (Tabela 4) a partir de 2003, sobretudo pelas pesquisas realizadas pela Embrapa-Algodão no que diz respeito a novas técnicas de cobertura do solo, e rotação de culturas com a soja (Borin, 2017).

Tabela 3 – Área plantada e produção de algodão em safras selecionadas

	1985-86	1990-91	1995-96	2000-01	2005-06	2010-11	2015-16	
Nordeste	2.220,3	809,3	368,9	151,6	300,5	450,5	262,3	Área plantada (mil hectares)
Centro-Oeste	123,5	170,9	198,2	541,5	465,6	893,5	660,4	
Demais regiões	981,5	958,6	385,4	175,3	90,1	56,3	32,5	
BRASIL	3.325,3	1.938,8	952,5	868,4	856,2	1.400,3	955,2	
Nordeste	144,9	104,9	70,0	76,3	335,0	689,9	283,6	Algodão em pluma (mil toneladas)
Centro-Oeste	74,1	101,3	127,6	713,7	620,4	1.187,2	963,9	
Demais regiões	574,4	510,6	212,4	148,8	82,5	82,7	41,7	
BRASIL	793,4	716,8	410,0	938,8	1.037,9	1.959,8	1.289,2	

Fonte: Adaptação dos autores. (Silva, 2019, p.86)

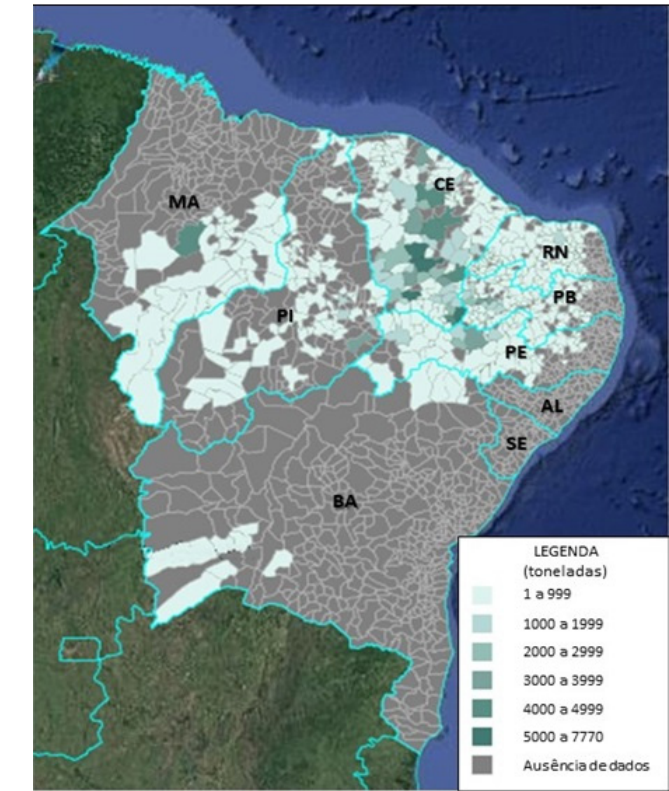


Figura 1 – Quantidade produzida de algodão arbóreo no Nordeste em 1980 (toneladas)

Fonte: Adaptação dos autores. (Silva, 2019, p.80).

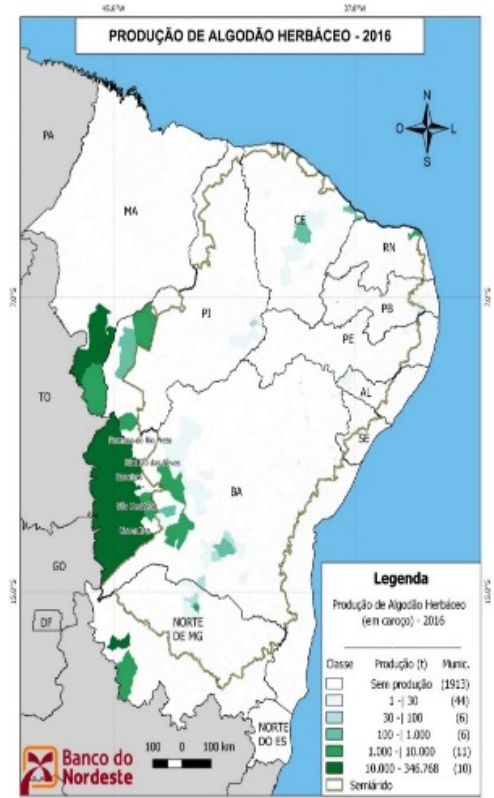


Figura 2 – Nordeste: produção de algodão em caroço em 2016

Tabela 4 – Balança comercial brasileira de algodão em mil (US\$)

Ano Safra	1997/1998	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Exportação	828	6.680	2.738	76.867	142.777	97.154	237.800	413.467
Importação	722.180	419.386	374.868	151.077	56.375	129.276	176.198	54.563
Saldo	721.352	-421.705	-372.130	-74.209	86.402	-32.121	61.601	358.904

Fonte: (ABRAPA, 2019).

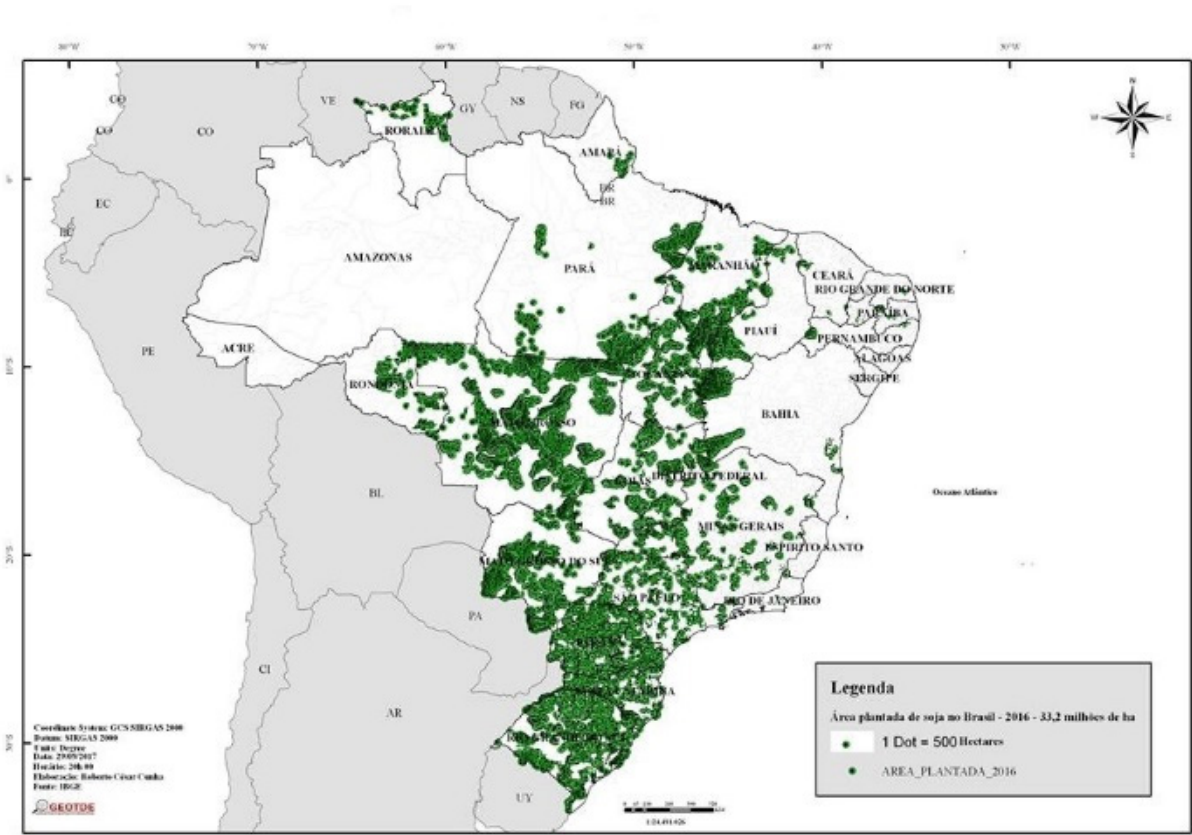


Figura 3 – Área plantada de soja no Brasil - 2016. Fonte: Adaptação dos autores. (Cunha, 2018).

Na verdade, é preciso ter em mente que já em meados dos anos 1990, em decorrência das políticas cambiais desastrosas, a abertura comercial sem planejamento estratégico realizado pelos governos entreguistas (Collor-FHC), permitiu uma enxurrada de importações predatórias que acabaram acirrando a concorrência dos produtos nacionais com os estrangeiros num movimento tipicamente de dumping industrial (Mamigonian, 2011). Pelo lado das empresas, este período também foi marcado pela passagem do controle acionário familiar das firmas têxteis catarinenses para as mãos de grandes grupos financeiros dando início ao estrangulamento, e o desmonte das grandes indústrias em estudo. Na Tabela 5 é possível perceber de forma cabal o volume de importações, sobretudo asiáticas, no setor têxtil (que foi multiplicado por 7,7 vezes nesse período) e seus segmentos, dada pela redução das tarifas de importação de 70% para 18%, a valorização do real (Plano Real de 1994), que alteraram substancialmente o quadro da balança comercial (Gráfico 1), bem como o volume das exportações (Mamigonian, 2011).

Tabela 5 – Importações brasileiras por segmento têxtil entre 1990-1999 (em toneladas)

Segmentos	1990	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Fibras/Filamentos	120.245	590.609	451.152	621.722	650.261	464.165	459.145
Têxteis	15.609	37.933	162.715	125.354	147.766	113.080	120.240
Fios	5.116	12.697	35.384	20.891	28.086	26.249	28.898
Tecidos	7.780	16.911	94.455	53.712	49.098	33.098	32.353
Malhas	122	116	10.670	21.578	31.557	9.299	12.305
Linha do lar	714	1.797	13.397	13.809	15.910	12.597	9.337

Fonte: Adaptado pelos autores. (Silva, 2019, p.85).

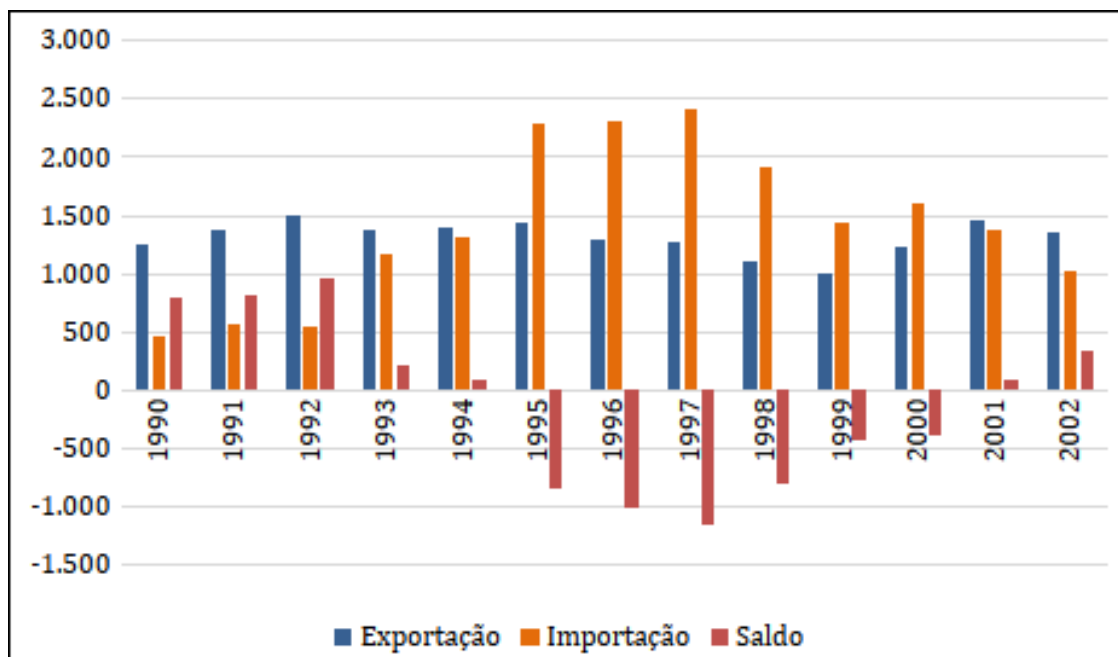


Gráfico 1 – Balança comercial têxtil entre 1990-2002 (em milhões de dólares). Fonte: (Silva, 2019, p.84).

No entanto, chama atenção que nesse primeiro ciclo de abertura comercial e processo de financeirização da economia brasileira, enquanto o polo têxtil de Americana (fibras artificiais e sintéticas) em São Paulo foi fortemente prejudicado, as empresas catarinenses reagiram positivamente com diversas estratégias adotadas ao reestruturar a produção, com a venda de ativos de determinados setores, investimentos em máquinas, terceirização da produção em regiões com mão-de-obra mais barata (Nordeste e Centro-Oeste), sobretudo feminina, sendo que algumas aproveitaram para ampliar a verticalização, e outras se imbuíram de fortalecer a abertura de lojas e franquias varejistas espalhadas por todo o território nacional (Mamigonian, 2011; Raulino, 2011; Jurgensfeld, 2012).

No caso da Artex, com a abertura do capital social familiar em 1994, a empresa passou a reter o controle acionário da marca Santista Têxtil, – transferindo as ações da Toalia S.A localizada em João Pessoa (PB) – além de adquirir equipamentos têxteis das unidades fabris de Salto (SP), Osasco (SP), e Tucumã na Argentina (Grandes Fabricas Argentinas S.A), com todas as suas marcas nos segmentos de cama, mesa e banho. Já em 1998, transferiu sua unidade de fiação de São José dos Pinhais (PR) para Blumenau (SC), ao passo que a partir da associação com o grupo Coteminas de Montes Claros (MG), transferiu toda sua produção dos artigos de cama, mesa e banho, sendo comprada nos anos 2000 por este mesmo grupo (Raulino, 2011).

Todavia, no setor de vestuário, os impactos negativos da abertura econômica são claros a respeito da empresa SulFábril. Esta empresa catarinense que chegou a ser considerada a segunda maior firma têxtil no setor de confecções de malha foi obrigada a vender sua unidade fabril de fiação em Joinville (SC), desativar suas unidades de camisaria em Natal (RN), e suas confecções em Gaspar (SC), Rodeio (SC), e Rio do Sul (SC), levando a empresa a produzir essencialmente commodities no setor de moda para mercado interno, – licenciando as marcas Cartoon Network e Warner Bros para o público infanto-juvenil – não mais “realizando exportações” (Raulino, 2011, p.208).

Outro aspecto importante que vale a pena destacar foi o duplo movimento no comércio internacional que se deu com a criação de blocos econômicos – o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e a União Europeia (UE) – praticando políticas neoliberais combinadas com políticas protecionistas nos mercados da periferia capitalista (Mamigonian, 1999e).

No caso do Brasil, essas medidas reduziram as exportações para o centro dinâmico da economia capitalista, forçando as empresas têxteis Buettner, Teka, Karsten e Cremer buscar novos mercados no MERCOSUL. Por outro lado, na contramão dessa direção, os produtos têxteis asiáticos começaram a ganhar densidade com o surto de industrialização chinesa – que além da capacidade de reduzir custos de produção, iniciaram um forte processo de modernização tecnológica (know-how) em seu parque industrial (Mamigonian, 2008).

No Gráfico 2 pode-se perceber, a rigor, que o primeiro choque ocasionado pela abertura econômica na segunda metade dos anos 1990, e na primeira metade dos anos 2000 proporcionou um saldo positivo na balança comercial dos têxteis catarinenses com as exportações para o MERCOSUL, como também pelo crescimento da produtividade dada pela reestruturação produtiva nas empresas: em média a Teka cresceu nesse período 12,9% ao ano, a Buettner 5%, a Schlosser e Renaux 3,5%, e a Karsten 1,8% (Raulino, 2011).

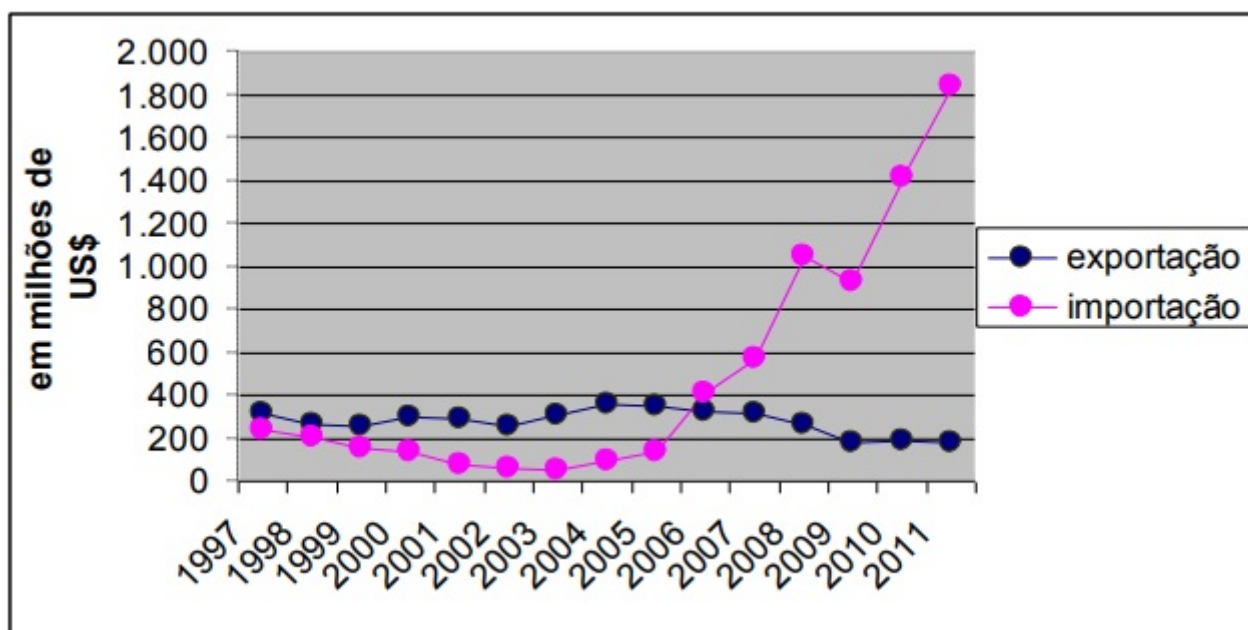


Gráfico 2 – Balança Comercial Têxtil de Santa Catarina. Fonte: (Jurgenfeld, 2012, p.147).

No entanto, não há dúvidas que a partir de 2007 o processo de liquidação das grandes empresas têxteis catarinenses, se deu por uma política cambial agressiva, e avessa às iniciativas nacionais, incentivada por importações predatórias que foram paulatinamente substituindo a produção de inúmeros segmentos da cadeia produtiva da indústria têxtil nacional, e inibindo o volume de exportações. No Gráfico 3, a taxa de câmbio nominal e sua variação nos três primeiros lustros do século XXI demonstram claramente a valorização do Real por um longo período que se estende de 2004 a 2011 – (em julho de 2008 o dólar chegou a custar \$1,59 reais) – momento em que a maioria das grandes empresas catarinenses entraram no estágio de falência e tentativas de recuperação judicial (Jurgenfeld, 2012).

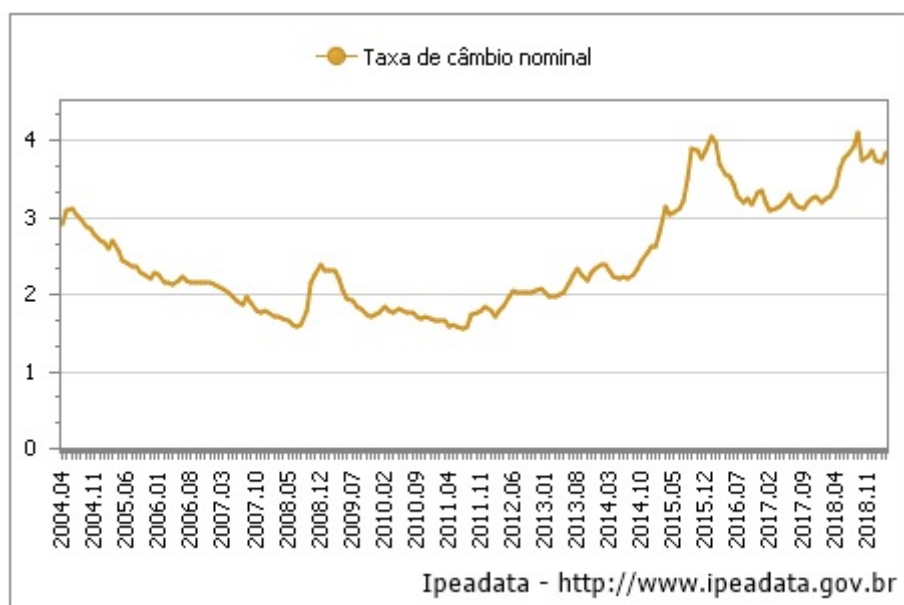


Gráfico 3 – Taxa de Câmbio Nominal. Fonte: (Ipeadata, 2019).

É importante lembrar que em 2013 oito milhões de “sacoleiras internacionais” trouxeram cerca de 60 mil toneladas de vestuários, e gastaram o montante de cinco bilhões de dólares (faturamento superior as quatro maiores redes varejistas do vestuário no Brasil – Riachuelo, Renner, C&A e Marisa). Aliás, conta esta não computada pela contabilidade pública brasileira das importações (Cunha, 2014; Cervone, 2014; Redação E-commercebrasil, 2016).

De certo modo, se atentarmos para as variações da política cambial, chama atenção que após a crise mundial de 2008, com as políticas econômicas anticíclicas adotadas pelo segundo governo Lula, houve um crescimento do volume de exportações, mesmo embora as importações predatórias continuassem num patamar superior. Isso quer dizer que uma política cambial ajustada à realidade nacional de longo prazo é possível de combater o dumping industrial realizado pelas economias centrais. O Gráfico 4, lido em conjunto com o Gráfico 3, demonstra um ligeiro aumento das exportações têxteis brasileiras na balança comercial a partir de 2009, embora as empresas catarinenses, como foi visto no Gráfico 2, não puderam desfrutar da mesma conjuntura de aumento das exportações.

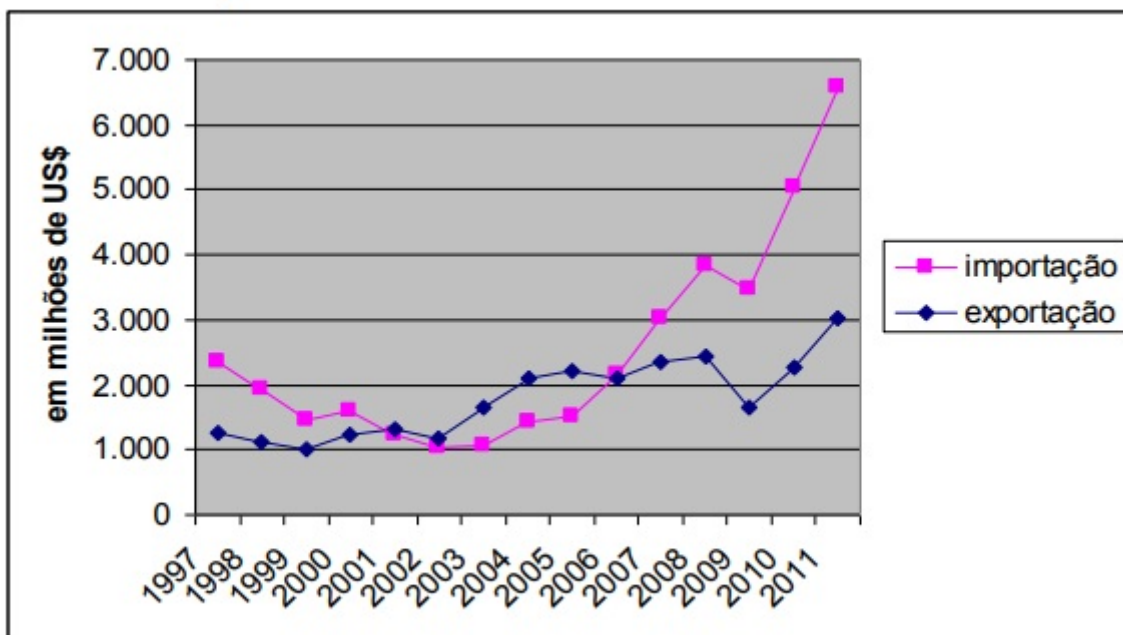


Gráfico 4 – Balança Comercial Têxtil Brasileira. Fonte: (Jurgenfeld, 2012, p.153)

Com efeito, cabe destacar que as grandes empresas têxteis catarinenses foram duplamente penalizadas ora pelas políticas cambiais, ora pelas políticas fiscais estaduais. O governo de Santa Catarina em meados de 2007, privilegiando o desenvolvimento portuário estadual reduziu as alíquotas de exportação (ICMS) de 12% – que eram praticadas em todos os portos brasileiros – para 4%, incentivando assim, um volume gigantesco de importações (asiáticas) pelos portos catarinenses conforme expressa no Gráfico 5, bem como uma diminuição na quantidade de produtos exportados, – reflexo de importações realizadas pelas grandes redes varejistas brasileiras ilustradas no Gráfico 6 (Jurgenfeld, 2012).

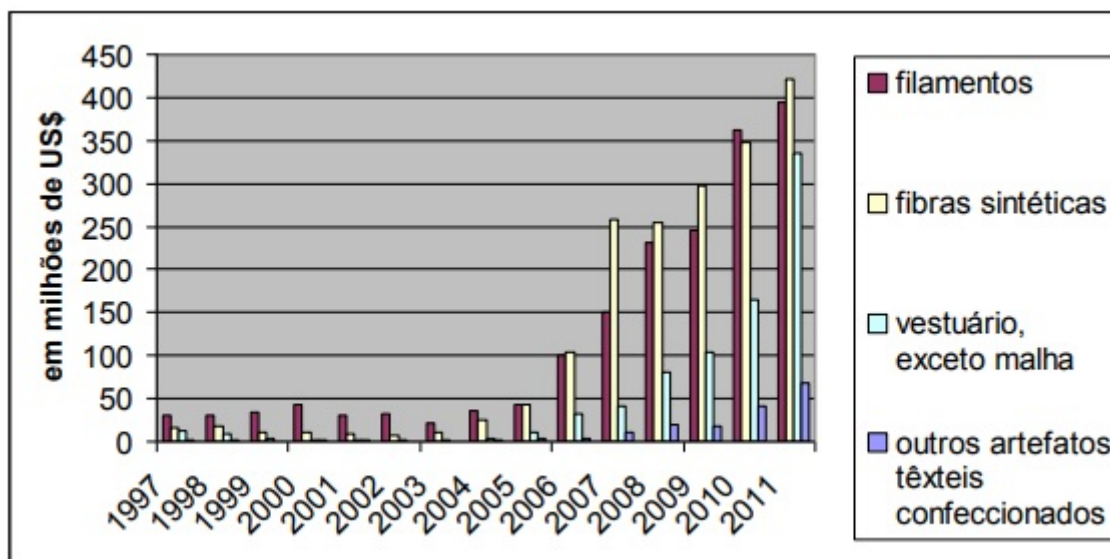


Gráfico 5 – Importação de têxtil por Santa Catarina (Itens selecionados). Fonte: (Jurgenfeld, 2012, p.151)

Nesse período que se estende de 2006 a 2014, houve uma duplicação do número de empresas importadoras em relação às empresas exportadoras, ao passo que firmas nacionais altamente competitivas de antigas zonas industriais foram obrigadas a mover-se para outras regiões do país, ou para outros países, como no caso da indústria têxtil Riachuelo, do Rio Grande do Norte (RN), que recentemente se transferiu para as zonas de maquila no Paraguai para substituir importações chinesas (Scheller, 2017).

No entanto, em meados de 2011, a medida encontrada pelo governo de Dilma Rousseff foi revogar a lei de incentivo fiscal para importações catarinenses, procurando sanar a guerra fiscal entre os estados da União. Assim, elaborou uma política econômica centralizadora equivocada que, ao nivelar o ICMS à alíquota de 4% para todos os portos nacionais, acabou de um lado favorecendo as importações predatórias em escala nacional, penalizando o setor industrial de outras regiões do país (Jurgenfeld, 2012).

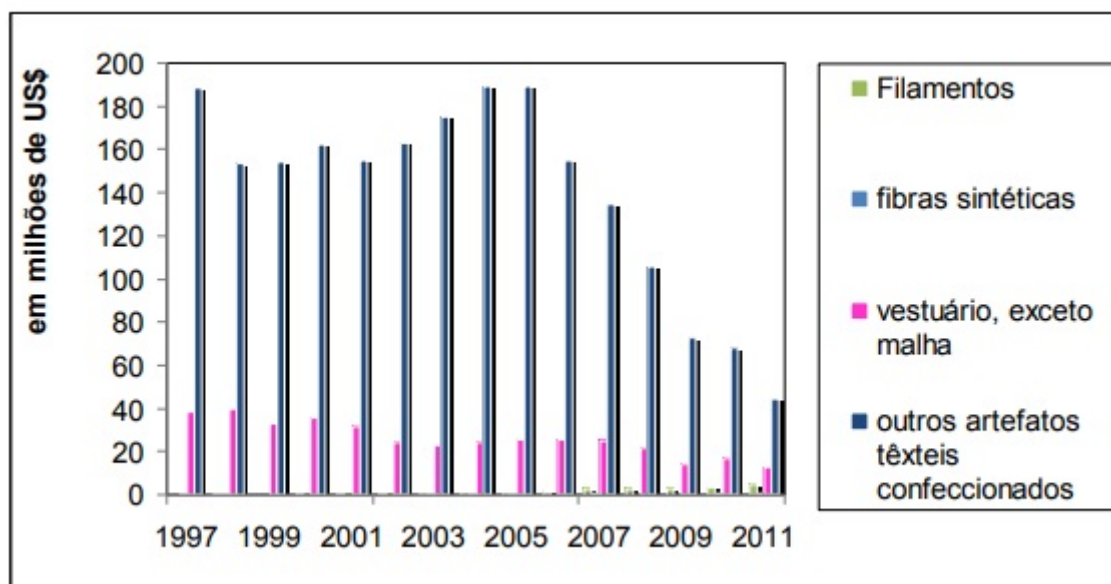


Gráfico 6 - Exportação de têxtil por Santa Catarina (Itens selecionados). Fonte: (Jurgenfeld, 2012, p.152).

considerações finais

Para tanto, levantadas essas considerações, um último comentário diz respeito às teorias que procuram explicar o fenômeno da desindustrialização brasileira. Não há dúvidas que a reestruturação produtiva, seguida da terceirização, e da financeirização da economia brasileira contribuiu para destruição de setores da indústria nacional, como o caso das grandes empresas têxteis catarinenses ora abordadas. Todavia, uma leitura apressada da realidade enquadrada por modelos explicativos forâneos, acaba por transformar as consequências do fenômeno estudado em causas primárias.

Aqui, não seria forçoso lembrar a insistência de Ignácio Rangel nos idos dos anos 1980 quando apontou sobre as equivocadas teses de economistas que consideravam a inflação o inimigo “número um” da economia brasileira (Rangel, 1985). Segundo suas palavras,

O fato de que um fenômeno como a inflação integra a síndrome da nossa recessão, dista muito de ser uma coisa má. Ao contrário, a inflação bloqueia parcial e temporariamente o movimento recessivo, dando-nos tempo para pensar e agir, não sendo sua a culpa de que nossos economistas não se tenham ainda libertado de uma visão pré-científica mágica, do processo, empenhando-se incansavelmente na busca da pedra filosofal. Porque a verdade verdadeira é que a inflação não é coisa que se possa combater isoladamente da conjuntura. Essa visão mágica, aparentemente científica, serve apenas como argumento para a repressão das reivindicações dos trabalhadores. Com efeito, se a inflação pode ser combatida com um pouco de recessão, o caminho mais curto é o arrocho salarial, para o efeito de desaquecer a economia – como se esse desaquecimento não se tenha acompanhado, invariavelmente, por elevação da taxa de inflação, a qual somente declina com o reaquecimento da economia (RANGEL, 1985).

É daí que se podem extrair os inúmeros remédios paliativos e equivocados, muito longe de construir o edifício do capitalismo financeiro brasileiro, como o foram os Planos Cruzados, Bresser, Collor, que se limitaram ao fenômeno inercial da inflação, e não a política macroeconômica como um todo, consolidada no Plano Real com o câmbio flutuante ligada à taxa de juros (Rangel, 1987).

Dito isso, não basta aceitar as explicações de Raulino (2011) e Jurgenfeld (2012) quanto à crise do setor têxtil catarinense, que enfatizam o papel dos empresários schumpeterianos, e a financeirização da economia como as determinações fundamentais do colapso das grandes empresas têxteis (Silva, 2006).

A acumulação capitalista na fase imperialista, diga-se, acumulação financeira já havia se consolidado nas economias centrais desde o início do século XX, em decorrência da segunda revolução industrial (Lenin, 2008). Nesse sentido, não há uma nova lógica de acumulação capitalista a partir dos anos 70, como sugere as leituras circulacionistas (D. Harvey, M. Storper, etc.) em matéria de economia política que nortearam as pesquisas acima citadas.

A nosso ver, o equívoco generalizado destas leituras se dá em não compreenderem as relações de centro-periferia no próprio interior da acumulação financeira. Quando Ignácio Rangel chamou atenção para a construção do capitalismo financeiro nacional já em meados dos anos 60, queria dizer que capitalismo industrial brasileiro já se encontrava solidamente edificado, e que o Estado Nacional dever-se-ia imbuir de realizar a concessão de serviços de utilidade pública a iniciativa privada, – logística, transportes, saneamento, infraestruturas – ao passo que por outro lado, dever-se-ia estatizar o comércio exterior através de novas medidas institucionais que garantiriam a intermediação financeira através das políticas macroeconômicas e anticíclicas de trocas comerciais bilaterais, expandindo assim as exportações (Rangel, 1954; 2005b).

É nesse sentido que se podem explicar as causas da crise da indústria nacional dada pela abertura econômica, e não o contrário como insistem as recentes pesquisas. Ao fim e ao cabo, desde a década de 1980, as leituras correntes não compreenderam a crise da dívida interna e externa brasileira como bem lembrou Paulo Nogueira Batista Jr. (1998; 1999), equivocando-se em atribuir o papel do Estado e da iniciativa privada em sinais contrários.

Ignacio Rangel sabia desde logo que o Estado e a iniciativa privada são faces de uma mesma moeda (Rangel, 1987; 1988b; 1989a; 1991a), embora unidas dialeticamente em oposição, fenômeno que chamou de “contemporaneidade do não-coetâneo” (Ramos, 1999, p.13). E que, aliás, a contradição fundamental da luta de classes na fase imperialista do capitalismo estava colocada pela questão nacional-popular dos países periféricos, em oposição ao nacionalismo reacionário dos países centrais, que reproduziam as ondas longas da economia mundial – minimizando os efeitos do planejamento (Mamigonian, 2018).

Daí que não há sentido algum em falar de financeirização, globalização, acumulação flexível, etc., sabendo-se que o pano de fundo é ainda a velha questão do imperialismo no mundo (Castro, 1979; 1985), cujos efeitos mais recentes se deram pelos governos Reagan e Thatcher na década de 1980, que ao combinar políticas econômicas keynesianas e neoliberais como método de bloqueio do desenvolvimento capitalista nacional mundo afora (Japão, Brasil, ex-URSS), retardou a explosão da terceira revolução industrial (alta tecnologia) (Mamigonian, 2018).

Todavia, nessa segunda década do século XXI, os ventos parecem mudar de direção, pois a tentativa de desacelerar o crescimento econômico da China com inúmeras guerras comerciais, os EUA tem infortunadamente demonstrado ao mundo a superioridade do sistema econômico socialista chinês, oriundo de um forte planejamento estatal, que cresce duas vezes mais rápido que a economia americana, investindo em tecnologia avançada como inteligência artificial, computação quântica e biotecnologia (Ross, 2019).

4 REFERÊNCIAS

- ABRAPA. **Balança Comercial Brasileira de Algodão**. In: AliceWEB, 2019. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/dados/balanca-comercial-brasileira-de-algodao.aspx>. Acesso em 17/04/2025.
- BATISTA Jr. Paulo Nogueira. Roleta-Russa. **Folha de São Paulo**. Opinião Econômica 22/10/1998.
- _____. **Plano Real, dependência e dívida externa**. Relatório. Repositório FGV Teses/Diss./Papers/etc Coleção EESP – Textos para Discussão/Working Paper Series: FGV, 1999.
- BORIN, Ana Luiza Dias Coelho. Produtividade do algodoeiro adensado em segunda safra em resposta à adubação nitrogenada e potássica. **Revista Ceres**, v.64, n.6, 2017. p.622-630.
- CARVALHO, Delgado de. Alterações nos tipos de povoamento no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, ano I, n.1 [jan.de](#) 1939.
- _____. Colonização e núcleos de expansão. **Revista Brasileira de Geografia**, ano III, n.1, 1941.
- _____. **O Brasil Meridional**, Florianópolis: Instituto Ignácio Rangel: GCN/CFH/UFSC, 2016.
- CASTRO, Antônio Barros de. **O Capitalismo ainda é Aquele**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1979.
- _____; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- CERVONE, Rafael. **Disfarçados de turistas, sacoleiros de luxo causam prejuízo à indústria nacional**. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaao/coluna/mobile/2014/10/31/disfarcados-de-turistas-sacoleiros-de-luxo-causam-prejuizo-a-industria-nacional.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- CUNHA, Roberto Cesar. Combinações geoeconômicas da cadeia produtiva da soja no Brasil. **Revista Princípios**, ed.152 jan-fev, 2018.
- CUNHA, Joana. **Sacoleiros descolados burlam impostos e trazem encomendas sofisticadas**. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1523798-sacoleiros-descolados-burlam-impostos-e-trazem-encomendas-sofisticadas.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2025
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. **Boletim Geográfico** n.179 (1ª parte, p.139-145), n.180 (2ª parte, p.267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p.139-145 e 267-276.
- ESPÍNDOLA, Carlos José; BASTOS, José Messias. Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n.09, 2005. 71p.
- FARO, Luís Cesar; SINELLI, Mônica. **Ignácio Rangel – Elogio à ousadia**. Rio de Janeiro: Insight Comunicação, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

GEIGER, Pedro Pinchas; LIMA, Maria Salette Ney da Motta; ABIB, Myriam Emile Abi. Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. p.3-36. **Revista Brasileira de Geografia**. v.36, n.4, 1974.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Séries históricas – Taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (valor de venda) média do período**. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>. Acesso em 28/03/2025.

JURGENFELD, Vanessa Follmann. **Transformações dos grandes grupos têxteis após 1970: a financeirização e os novos espaços de acumulação**. (Dissertação de Mestrado). Campinas: IE/Unicamp, 2012.

LAGE, Nilson. **Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente**. 1º Edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. 1ª Edição. Buenos Aires: Libertador, 2008.

MAMIGONIAN, Armen. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 13, 1960.

_____. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n.3, jul./set.1965.

_____. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Revista Orientação**, n.2. São Paulo: USP, 1966.

_____. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, USP, n. 54, 1976.

_____. Industrialização de Santa Catarina. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

_____. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, n.3, 1º sem., Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

_____. O processo de industrialização da América Latina: o caso brasileiro. São Paulo: **Orientação USP**, n° 8, 1988.

_____. Neodarwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise. **Revista ADUSP** n.º 18. São Paulo: Edusp, out. de 1999a.

_____. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v.14, n.28, p.152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999b. p.152-157.

_____. Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro. **Geosul**, v.14, n.28, p.152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999c. p.158-164.

_____. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999d.

_____. A América Latina e a Economia Mundial: Notas sobre os Casos Chileno, Mexicano e Brasileiro. In: **Geosul**, n.28, v.14, Florianópolis: Ed.UFSC, 1999e.

_____. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999f.

_____. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX. **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001.

_____. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. In: **Revista Intellector**, n.1, v.1, Pelotas – RS, Cenegri, 2004.

_____. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros**. São Paulo: Ícone, 2008.

_____. **A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento**. Santa Catarina: estudos e geografia econômica e social (Vol. 4, Série Livros Geográficos). Florianópolis: Departamento de Geociências UFSC, 2011.

_____. O mundo no final do século XX e início do século XXI. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), 2018, p.173-205.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: O processo global de produção capitalista. In: **Os Economistas**, v.4, livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Clima. CATALDO, Delnida Martinez (org.). **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**. Vol. IV, Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e Economia Natural. Textos Brasileiros de Economia** – 1. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

- PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- RAMOS, Guerreiro. Apresentação. In: **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. 2º edição. Textos brasileiros de economia, 1999.
- RANGEL, Ignácio Mourão. **Estrutura e tendências do comércio exterior brasileiro**. Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia, e Política (IBESP) – Seminário de estudos de História economia do Brasil, 1954.
- _____. Características e perspectivas da integração das economias regionais, **Revista BNDE**, 1968.
- _____. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980. 140p.
- _____. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. O inimigo número um. **Folha de São Paulo**. Economia-7, 05/01/1985.
- _____. Privatização e mudanças institucionais. **Folha de São Paulo**, Política – Economia A-8, 18/04/1987.
- _____. Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. **Geosul**, n.5, v.3, Florianópolis: Ed. UFSC, 1988a.
- _____. Empresas estatais e privatização. **Folha de São Paulo**, b-2, Opinião Econômica, 10 de dezembro de 1988b.
- _____. Classe operária e privatização. **Folha de São Paulo**, b-2, Opinião Econômica, 26 de março de 1989a.
- _____. Fogo, Blindagem e Conjuntura. **Geosul**, n.10, Florianópolis: Ed. UFSC, 1990a.
- _____. “Se hace camino al andar”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, 1990b.
- _____. O papel da privatização. **Folha de SP**, opinião econômica, b-2, 08/01/1991a.
- _____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. Vol.1
- _____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. Vol. 2
- _____. Maranhão: Antigo e Novo. In: **A Singularidade do Pensamento de Ignácio Rangel**. Raimundo Nonato Palhano Silva, Jhonatan Uelson Pereira Sousa (org.). São Luís: IMESC, 2008, p.48-53.
- RAULINO, Ivo. Crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do médio Vale do Itajaí. **Santa Catarina: estudos e geografia econômica e social** (Vol. 4, Série Livros Geográficos). Florianópolis: Departamento de Geociências UFSC, 2011.
- REDAÇÃO E-COMMERCE BRASIL (Brasil) (Ed.). **NOVAREJO divulga novo ranking com dados do varejo brasileiro**. 2016. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/novarejo-divulga-novo-ranking-com-dados-do-varejo-brasileiro/>>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ROSS, John. **Despite himself Trump admits the superiority of China's socialist economy to capitalism**. 2019. Disponível em: <https://www.learningfromchina.net/despite-himself-trump-admits-the-superiority-of-chinas-socialist-economy-to-capitalism%E2%BB%BF/> Acesso em: 02/03/2025.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977, p.81-99.
- SCHELLER, Fernando. **Em busca de custos menores, empresas brasileiras abrem fábricas no Paraguai: China latino-americana**. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-busca-de-custos-menores-empresas-brasileiras-abrem-fabricas-no-paraguai,10000097591> . Acesso em: 02/03/2025.
- SILVA, Bruno Bianchi Gonçalves da. **Indústria Têxtil no Nordeste: A experiência de Alagoas e Sergipe**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAL. (Dissertação de Mestrado), 2019.
- SILVA, Golbery do Couto. e. **Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3º edição. Rio de Janeiro: Olympio, 1981.
- SILVA, Marcos Aurélio da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**, n.15, maio de 2006.
- STORPER, Michel. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: **Globalização, fragmentação e reforma urbana [recurso eletrônico]: o futuro das cidades brasileiras na crise**. (org.) Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior. – [2. ed.] – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.
- WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 1955, v.17, n.4.

_____. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.